

UMA REVISTA LATINO-AMERICANA: INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

A latin american Journal: introduction to the contemporary Latin america crossroads Dossier

Iraneidson Santos Costa

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Joaci de S. Cunha

Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPSC/UCSAL), Salvador, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 04/11/2024

Aceito em 17/11/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p273-285>

Copyright (c) 2024 Iraneidson Santos Costa e Joaci de S. Cunha.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para: *Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

COSTA, Iraneidson Santos; CUNHA, Joaci de S. Uma Revista latino-americana: introdução ao Dossiê Encruzilhadas da América Latina contemporânea. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 262, p. 273-285, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p273-285>.

Resumo

O Dossiê temático "Encruzilhadas da América Latina Contemporânea" apresenta uma coletânea de artigos que analisam criticamente os desafios enfrentados pela América Latina no século XXI, com foco nas questões de dependência econômica, violência política, migração, lutas sociais, políticas culturais e o papel da religião no continente. A coletânea busca revisitar criticamente a história da América Latina, marcada por desigualdades, exploração e conflitos, mas também por lutas de resistência e esperança. Os artigos adotam diferentes abordagens metodológicas, incluindo análise documental, estudos de caso e pesquisa bibliográfica, para oferecer um panorama multifacetado dos desafios e perspectivas da região, enquanto esta apresentação aponta o engajamento dos Cadernos dos CEAS, ao longo das suas 264 edições, com as consequências das veias abertas do nosso subcontinente. O Dossiê destaca a importância da Teologia da Libertação, da cultura viva comunitária e de outras iniciativas que buscam promover a justiça social, a igualdade e a participação popular na América Latina.

Palavras-chave: Encruzilhadas da América Latina. Resistência. Esperança.

Abstract

The thematic dossier "Crossroads of Contemporary Latin America" presents a collection of articles that critically analyze the challenges faced by Latin America in the 21st century, focusing on issues of economic dependence, political violence, migration, social struggles, cultural policies and the role of religion on the continent. The collection seeks to revisit critically the history of Latin America, marked by inequalities, exploitation and conflicts, but also by struggles of resistance and hope. The articles adopt different methodological approaches, including documentary analysis, case studies and bibliographical research, to offer a multifaceted panorama of the challenges and perspectives of the region, while this presentation points out the engagement of the throughout its 264 editions, with the consequences of the open veins of our subcontinent. The Dossier highlights the importance of Liberation Theology, community living culture and other initiatives that seek to promote social justice, equality and popular participation in Latin America.

Keywords: Crossroads of Latin America. Resistance. Hope.

Os olhos, as veias e o espírito dos *Cadernos do CEAS* estão abertos para a América Latina praticamente desde o seu primeiro número, em março de 1969. E não podia ser diferente. Afinal, a entidade que o edita desde o primeiro ano, o CEAS, não é senão a concretização, no Brasil e na Bahia, do esforço da Companhia de Jesus de constituir centros de investigação e ação social por todo o continente latino-americano, sempre na perspectiva da ação direta junto às classes populares do campo e da cidade em vista da superação das desigualdades socioeconômicas e das relações de opressão.

Assim, já em seu segundo ano de existência, a revista publicava uma “releitura em contexto latino-americano” de um artigo de autoria do jesuíta e economista alemão Osvald Nell-Breuning. O texto do jesuíta contrapunha a crítica do capitalismo operada pelo marxismo àquela proposta pela Doutrina Social da Igreja Católica, cabendo ao seu conselho editorial “reler” tal interpretação à luz da situação de subdesenvolvimento vivenciada no continente (cf. edição 7) (Cunha; Borges; Vicente, 2024)¹.

Daí em diante quase não passará um ano sem que ao menos uma página dos *Cadernos* fosse destinada a “Nuestra América”, para usar a bela expressão cunhada pelo intelectual cubano José Martí para se referir a essa terra imensa, continental e insular. A mesma atenção com Nossa América seguirá após a UNICAP e a UCSal se juntar ao CEAS, em 2015, na editoria dos *Cadernos*. Uma revista verdadeiramente latino-americana, poderíamos dizer. “Paraguai Uruguai Nicarágua. Meu coração deságua. Paraguai Uruguai Nicarágua” (CHAPÉU, 2021). E desaguou bem mais, não apenas no Paraguai (edição 107), Uruguai (edições 38, 250) e Nicarágua (edições 64, 68, 72, 78, 81, 98, 103). Também na Argentina (edições 29, 89, 128, 156, 160, 164, 168, 228, 235, 239, 242, 250, 254), na Bolívia (edições 156, 224), no Chile (edições 13, 29, 89, 119, 250), na Colômbia (edições 144, 184, 217), em Cuba (edições 59, 66, 225, 253), em El Salvador (edições 61, 67, 68, 81, 85, 107), no Equador (edições 224, 250), em Granada (edições 90, 125), na Guatemala (edição 81), no México (edições 68, 156, 195, 239, 241), no Panamá (edições 125, 127), no Peru (edições 13, 38, 185, 224) e na Venezuela (edições 247, 250).

¹ Para ler nos *Cadernos do CEAS* sobre América Latina, neste Dossiê.

Neste Dossiê que temos o prazer de apresentar trataremos de nos enveredar por este vasto continente. Nas últimas décadas, temos continuamente nos perdido e nos achado em diversas encruzilhadas desta América Latina nas quais se cruzam continuamente estradas, caminhos, atalhos, vielas. Nem sempre virtuosas. Eventualmente desembocando em becos sem saída. Muitas das vezes tendo que voltar atrás, retomar o percurso, começar de novo. Em seu poema “La tristeza”, o poeta uruguaio Mario Benedetti ensinou: “Não há tristeza amputada de esperança, nem alegria sem ásperos presságios; a pobre vida é uma encruzilhada de alegrias e fracassos”. Assim caminha a Nossa América: imersa em tristezas cotidianas, mas jamais amputada da esperança do porvir. Jubilosa pelas pequenas (e grandes) conquistas arduamente alcançadas no presente, mas sem nunca descuidar dos presságios e augúrios que insistem em nos rodear.

O tema da “encruzilhada” não é absolutamente uma novidade nos *Cadernos do CEAS*. Cerca de trinta anos atrás já nos dávamos conta disso num editorial:

Ao longo de sua história, a América Latina tem sido uma região subordinada às tendências mundiais do capital; mas tem sido também um campo aberto à explosividade radical das massas que, em alguns momentos, chegou a projetar sonhos e a definir parâmetros de um novo modelo de sociedade (CEAS, 1993, p. 6).

Junto a ele, o mote do “labirinto”, tal como formulado no Dossiê igualmente consagrado à América Latina pela revista em 2020:

O labirinto da América Latina começa assim com seu próprio nome. Pois ela não é um território cujos contornos geográficos, socioculturais e identitários sejam fixos e invariáveis. Nem muito menos homogêneos. Muito pelo contrário, América Latina sempre foi, e ainda é hoje, somente um projeto. E para alguns uma utopia. [...] Mas ela também é um enigma, de diferentes denominações e espaços desiguais. [...] Quantos projetos, utopias e enigmas se encaixam neste diferentes espaços e denominações? (BENZI; PEREGALLI, 2020, p. 214).

Por estas sendas temos palmilhado nos últimos 55 anos. Não raro com “um sabor de vida e morte” (San Vicente, 1972). Assim que desnudamos a lógica da dominação do capitalismo transnacional (edições 18, 23, 31, 40, 80), e, mais recentemente, do seu envolvimento nos conflitos socioambientais em torno das riquezas minerais latino-americanas (edição 241). Também desvelamos as várias facetas do imperialismo (edições 42, 57, 123, 184, 204, 210) em suas dimensões econômica, política, militar e ideológica (edições 53, 55, 93, 101, 168), bem como o conluio entre o neoliberalismo e o capitalismo

dependente no continente (edições 160, 250). Sem falar de uma das grandes mazelas deste modelo: a pobreza (edições 16, 62, 189, 226).

No presente Dossiê, Anna Raquel Gonzaga, Mikaele Matias e Terçália Lira retomam essa temática no artigo intitulado “Dependência e superexploração na América Latina: a particularidade do capitalismo brasileiro”. Partindo do caráter subordinado da América Latina na divisão internacional do trabalho, e fundamentadas na Teoria Marxista da Dependência, as autoras refletem acerca da dinâmica da economia periférica brasileira e das contradições do desenvolvimento capitalista no país. Segundo elas, a dependência e a superexploração emergem como fundamentos estruturantes do capitalismo latino-americano, constituindo-se em categorias essenciais para a compreensão das condições socioeconômicas e políticas da América Latina e do Brasil: enquanto a dependência perpetua a subordinação das economias periféricas aos interesses dos centros capitalistas, a superexploração da força de trabalho se manifesta como um mecanismo crucial para a acumulação de capital nessas condições, evidenciando as raízes profundas da desigualdade e da exploração que moldam a realidade dessa região e resultando, dentre outros elementos, na precarização e desproteção do trabalho.

Lamentavelmente, o “sabor de vidro e corte” (San Vicente, 1972) tem nos perseguido ao longo dessa jornada. Afinal, “nas veias abertas da América Latina tem fogo cruzado queimando nas esquinas. Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil” (SULAMERICANO, 2019). Nascida poucos meses depois do AI-5, a revista horrorizou-se com os diversos governos militares do continente (edições 46, 47, 52), presenciou os estertores da ditadura argentina (edição 29), documentou a crueldade do regime de Pinochet (edições 89, 119) e indignou-se com a invasão de Granada em 1983 (edição 90) e do Panamá em 1990 (edições 125, 127). Intransigente com o autoritarismo, denunciou o massacre de dezenas de mayas perpetrado pelo exército guatemalteco em Panzós em 1978 (edição 117) e desmascarou o drama da guerra civil em El Salvador (edições 67, 68, 81, 85, 107, 125) e no Peru (edição 212). Um pouco mais tarde, já no contexto do final do século, questionou se a violência política na América Latina era contradição ou consequência da política neoliberal (edição 173).

Nesta edição especial, Diógenes Farias Gomes, Lúcia Conde de Oliveira e Maria Socorro de Araújo Dias analisam os “Fatores associados a violência urbana em metrópoles

do Brasil e da Colômbia”. Compreendendo a violência urbana como resultante da reprodução negativa de fatores sociais, econômicos, culturais e comportamentais e adotando uma perspectiva comparativa, os(as) autores(as) recorrem a uma variedade de indicadores (coeficiente de Gini, emprego, pobreza extrema e criminalidade) para contrapor duas grandes metrópoles latino-americanas: Fortaleza (Brasil) e Medellín (Colômbia). Assim, ainda que o estudo revele a violência nessas cidades como um problema multifacetado e passível de diferentes abordagens de interpretação, frisa-se que a pobreza monetária, o desemprego e a ineficiência do Estado se constituem em elementos determinantes da desigualdade, contribuindo de maneira decisiva para a formação, o aceleração e a retroalimentação da violência.

Outro desafio que a revista tem enfrentado ao longo das últimas seis décadas é o debate acerca das migrações (edições 113, 247), as quais mereceram, inclusive, um número especial (edição 214), publicado em novembro-dezembro de 2004. Também esse Dossiê traz uma reflexão a respeito desse drama contemporâneo. Trata-se do artigo de Daiany Cavalcante Ribeiro e Yunier Sarmiento Ramirez, intitulado “Condições de trabalho e saúde dos migrantes venezuelanos em Manaus”. Num estudo de caso que combina revisão bibliográfica e pesquisa de campo, seus autores buscam identificar as estratégias utilizadas pelos migrantes para desenvolver suas atividades de trabalho e de que forma essas condições têm se refletido em sua saúde. Ainda que preliminares, os resultados descortinam um quadro assustador: condições de vida (alimentação insuficiente, carência de água potável, ausência de benefícios previdenciários etc.) e trabalho (longas jornadas, baixos salários, exposição a riscos, falta de equipamentos de proteção individual etc.) precários, os quais acarretam impactos significativos na saúde dessa população. Mas o texto não se limita ao diagnóstico da situação, ele também avança numa série de propostas no sentido de apoiar a integração e o bem-estar dos migrantes. Vale a pena ler.

É certo que, diante de tantas mazelas por que passa essa Nossa América, não poucas vezes sobrevém o ímpeto de bradar “Deus salve a América do Sul. Deus salve essa América central” (América do Sul, 1975). Mas não é assim. Ela será salva pela organização e resistência de seu próprio povo. E os *Cadernos do CEAS* têm estado desde o início ao lado das classes populares do continente. Ousamos dizer o “nombre del hombre muerto” (Soy loco [...], 1968) e discutimos a influência das ideias de Che Guevara no Brasil (edição 174).

Estivemos junto do povo chileno, quer em sua experiência socialista (edição 13), quer em seu combate à ditadura pinochetiana (edição 89), e do povo nicaraguense tanto na derrocada da tirania Somoza (edição 64) quanto ao longo do seu processo revolucionário (edições 68, 69, 78, 81, 85, 89, 98, 103, 127, 129). Saudamos o fortalecimento dos trabalhadores do campo (edições 173, 211), cobrimos o Segundo Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo (edição 186) e reverberamos as declarações das Organizações Sociais Andinas contra o Tratado de Livre Comércio (edição 212) e da Via Campesina Brasil contra as negociações Mercosul-União Europeia (edição 213). Com efeito, “el nombre del hombre es Pueblo” (Soy loco [...], 1968).

Em 1992, questionamos as comemorações do Quinto Centenário da América (edições 138, 140, 141), e nos perguntamos: descobrimento ou encobrimento? (edição 128). Seguindo nessa trilha, divulgamos incansavelmente as lutas dos povos indígenas por suas terras e territórios (edições 185, 186, 240, 241). Assim, vimos nascer a Coordenação Andina de Organizações Indígenas do Equador, Bolívia e Peru (edição 224). E aprendemos com os neozapatistas (edições 164, 166, 180, 195, 196, 240) que “mandar obedecendo” é uma outra forma de poder” (edição 221). Mais recentemente, exultamos com a insurreição popular chilena pela nova Constituição, cuja Assembleia Constituinte foi presidida por uma professora e ativista mapuche (edição 250), e com a Cumbre de Mujeres Originarias de la Cuenca Amazónica contra as crises socioambientais (edição 261). Quem haverá, então, de dizer, que a “história é carroça abandonada numa beira de estrada”? Ela mais parece um carro “que atropela indiferente todo aquele que a negue” (Canción [...], 1978).

Este Dossiê que ora apresentamos ecoa algumas das mais importantes lutas e conquistas travadas na América Latina contemporânea. Em sua “Análise preliminar da política macroeconômica dos governos de centro-esquerda na América do Sul (2003-2015)”, Carlos Eduardo Carvalho esmiúça sete casos nacionais do ciclo progressista iniciado no continente em 2003 com as posses de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil e Nestor Kirchner na Argentina. Além destes dois países, o autor investiga a Bolívia de Evo Morales, o Equador de Rafael Correa, o Paraguai de Fernando Lugo, o Uruguai da Frente Ampla e a Venezuela de Hugo Chávez. Ainda que ressaltando a heterogeneidade de tais experiências, algumas das quais marcadas por uma inegável radicalização política (mesmo que em graus variados), outras por uma transição mais pacífica e cautelosa, bem como pela ausência de um padrão

nas respectivas políticas econômicas, o que as unifica é o paradigma de distribuição de renda e de inclusão social, com retórica nacionalista e anti-imperialista e uma atuação internacional em bloco, com a redução da desigualdade social passando a ocupar o centro da agenda política e econômica.

Por sua vez, Antonio Rubim trata das “Políticas e intercâmbios culturais na América Latina” no século XXI, focalizando o caso do Programa Cultura Viva Comunitária. Partindo do pressuposto de que as culturas latino-americanas resistem e se afirmam, apesar da violência, dos monopólios e das condições desiguais e injustas, das visões colonizadoras e colonizadas, Rubim reflete em seu artigo sobre um dos inovadores processos culturais através dos quais a autoafirmação de novos segmentos antes excluídos em múltiplas dimensões (sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais) vem se traduzindo atualmente: a cultura viva comunitária. Inspirado no brasileiro Programa Cultura Viva, floresceu em praticamente toda a América Latina a partir de 2010 um movimento chamado Cultura Viva Comunitária. Incorporando ao seu homólogo brasileiro um perfil comunitário mais denso, uma maior presença das culturas digitais, uma atuação preferencialmente em redes e, sobretudo, a cosmovisão dos povos originárias (particularmente o chamado “bem viver”), tal experiência possibilita reavivar o velho sonho da América Latina integrada, e devidamente enriquecida com o reconhecimento, na contemporaneidade, de sua diversidade cultural, de sua mestiça interculturalidade e da urgência de mais e melhores diálogos interculturais.

Já Michel Goulart da Silva dedica seu texto “Comuna de Oaxaca: da luta docente ao duplo poder” à reflexão acerca de uma experiência singular de lutas e mobilizações verificadas no México em 2006 com a constituição da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO). Ocorrida no contexto de diversas revoltas populares deflagradas na América Latina, como no Equador e na Bolívia em 2000 e na Argentina em 2001, a Comuna de Oaxaca teve sua origem nas mobilizações iniciadas com uma greve docente, as quais, diante da violência do Estado, ganharam o apoio e a mobilização do conjunto da população, a ponto de agrupar cerca de 365 organizações operárias, sociais e populares. Tendo como fonte primordial a imprensa operária, o autor reconstrói a trajetória da Comuna de Oaxaca marcada pela utilização de métodos de luta como a greve geral e pela estratégia de mobilização política contra o poder estatal e as forças de repressão, configurando-a com um

organismo de duplo poder, similar a outros sucedidos em diferentes momentos dos últimos séculos, como na Comuna de Paris (em 1871), na Revolução Russa (em 1905 e em 1917), na Bolívia (com a Central Obrera Boliviana na década de 1950) e no Equador (por meio do Parlamento dos Povos, em 2000).

Mas não há como falar das lutas de resistência na América Latina sem mencionar a solidariedade. Por conta disso, este Dossiê reservou uma seção especial para o Memorial COSPAC, resgatando a história e a memória de uma das mais importantes redes de Solidariedade Internacional atuantes no continente ao longo das décadas de 1980 e 1990, o Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central (COSPAC) de Salvador, a partir dos relatos das vivências concretas de alguns dos seus integrantes. Assim, Emiliano José aborda em seu texto “Esperança e desafios da América Latina” a eleição presidencial na Nicarágua em 1990 e a III Conferência Íbero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em 1993 em Salvador; Israel Pinheiro discute em seu “México: Solidariedade no Continente” a importância desse país no exercício da solidariedade internacional, em particular o papel desempenhado pela Universidade Autônoma do México (UNAM); Lucia Simões descreve em suas “Memórias de Centro América e a Solidariedade Internacional” a viagem ao México, Cuba, Nicarágua, Panamá e Colômbia em 1981; Fátima Nascimento rememora em “Solidariedade em ação: Memórias da presença no COSPAC” seu percurso na entidade, com destaque para o programa radiofônico “A outra voz da América”; Roberto Cabús Oitavén resgata, em “Divulgação e reconhecimento do trabalho desenvolvido no COSPAC”, a participação na Brigada Brasileira para a Colheita do Café na Nicarágua e a importância dos voos de solidariedade a Cuba e, por fim, Nildon Pitombo nos oferece um histórico das lutas da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) em “El Salvador: retrato do comportamento das elites e o (de)correr da luta contra a desigualdade na América Central”.

E não se pode retratar a solidariedade nesta América Latina tão sofrida sem aludir à religiosidade do seu povo. Por seu vínculo com o Cristianismo da Libertação, os *Cadernos do CEAS* estiveram desde os primórdios vinculados aos movimentos e testemunhos de fé, esperança e caridade comprometidos com as classes populares. Assim, louvamos a Igreja que nasce do povo (edição 93), aprendemos com o episcopado chileno que o Evangelho exige implicar-se em profundas e urgentes renovações sociais (edição 13), mesmo que sob risco de perseguição (edição 47), perscrutamos os sinais dos tempos pela voz dos bispos

proféticos Helder Camara (edição 36), Manuel Larraín (edição 13), Oscar Romero (edição 210) e Pedro Casaldáliga (edição 55), e registramos os avanços e retrocessos das Conferências de Medellín (edições 34, 38, 55), Puebla (edições 53, 56, 59, 61, 62) e Santo Domingo (edição 144).

Nossas páginas ficaram igualmente manchadas com o sangue dos mártires. Por elas passaram o arcebispo de San Salvador dom Oscar Romero, meses antes de ser executado em plena eucaristia (edição 67), o jesuíta espanhol naturalizado boliviano Luís Espinal, sequestrado e morto em 1980 (edição 68), e o jesuíta basco naturalizado salvadorenho Ignacio Ellacuría, que refletiu sobre as luzes e as sombras da Igreja na América Central cinco anos do seu assassinato junto à comunidade da Universidade Centro Americana (UCA) (edição 89). Mas esta Igreja comprometida com os pobres jamais recuou em seu diálogo em prol de um mundo mais justo e fraterno, seja numa postura ecumênica (edição 80), seja numa atitude claramente política de enfrentamento e superação dos regimes opressores, como o fez o padre Ernesto Cardenal e tantos outros cristãos nicaraguenses ao aliar-se à rebelião sandinista em seu embate contra a ditadura Somoza (edição 64).

A propósito, o diálogo entre cristãos e marxistas sempre mereceu um lugar privilegiado na revista. É bem verdade que essa comunicação não se deu de maneira inteiramente isenta de ruídos e mal-entendidos, daí porque nos esforçamos por aprofundar as implicações dessa colaboração (edição 120), por sopesar as conexões possíveis e desejáveis entre a luta de classes e a comunhão cristã (edição 36). Mas não titubeamos, e estivemos atentos ao Primeiro Encontro Latino-Americano de Cristãos para o Socialismo, ocorrido em Santiago num já distante abril de 1972 (edição 24), bem como ao Movimento Sacerdotes para o Terceiro Mundo (edição 24) e demais movimentos sacerdotais latino-americanos (edição 38).

No presente Dossiê, dois artigos dão continuidade a essa longa tradição. No primeiro, intitulado “A Guerra Fria em chave latina: Igreja, política e revolução no Chile”, Marcial Humberto Castro e Lina Aras abordam as dinâmicas políticas e religiosas chilenas das décadas de 1960 e 1970, um período marcado tanto pelas transformações provocadas na Igreja Católica pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968) quanto pela geopolítica bipolar dos governos democrata-

cristão de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e socialista de Salvador Allende (1970-1973). Neste efervescente cenário reconstruído por Castro e Aras, o Chile se viu estremecido por profundas divergências entre a hierarquia católica, de um lado, e alguns grupos de padres e leigos, de outro, culminando com a adesão destes últimos (entre os quais merece destaque Cristãos para o Socialismo) ao projeto da “Via Chilena para o Socialismo”, no que viria a ser uma das mais radicais experiências de diálogo entre cristãos e marxistas jamais vista.

Por seu turno, em seu texto, denominado “Pode um cristão ser marxista?”, Iraneidson Costa recupera um debate travado na conjuntura latino-americana imediatamente posterior (e igualmente conflitiva), a transição entre as décadas de 1970 e 1980, quando diversos processos revolucionários de inspiração marxista contaram com a participação decisiva de grupos cristãos, o que exigiu da Igreja Católica um posicionamento explícito em torno da relação entre cristianismo e marxismo. No caso específico desse artigo, o autor analisa as formulações de 14 jesuítas latino-americanos das mais reputadas universidades e dos mais atuantes centros sociais inicianos de então, os quais responderam a uma consulta promovida pelo Superior Geral da Companhia de Jesus, o padre Pedro Arrupe, acerca da seguinte questão: “Um cristão pode ou não pode, ou em que condições pode, adotar a análise marxista (ou o método de análise marxista), distinguindo-a da filosofia ou ideologia marxista, e ainda de política marxista?”. Só lendo o texto para saber a resposta.

Pois bem, foi nesse panorama que brotou e floresceu a Teologia da Libertação, uma das mais originais e instigantes formulações teológicas do século XX. A esse respeito, não temos o menor receio de afirmar que os *Cadernos do CEAS* foram um dos principais meios de comunicação no qual esta corrente de pensamento genuinamente latino-americano pôde se expressar livremente (edições 24, 34, 35, 54, 134, 139, 186). Através de suas páginas profetizaram alguns dos mais importantes teólogos da libertação: o belga naturalizado brasileiro José Comblin (edições 35, 46, 47), os brasileiros Frei Betto (edições 89, 147), Hugo Assmann (edição 38) e João Bastista Libânio (edição 134), o catalão naturalizado salvadorenho Jon Sobrino (edição 210), os chilenos Pablo Richard (edições 54, 69, 93) e Segundo Galilea (edição 34), a cubana Ofélia Ortega (edições 130, 135), o italiano Giulio Girardi (edição 189) e o uruguaio Júlio de Santa Ana (edição 57).

Nesse Dossiê, integralmente devotado às encruzilhadas e às esperanças da América Latina, temos a honra de publicar uma entrevista inédita com o padre e teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, falecido em Lima em 22 de outubro de 2024, aos 96 anos. Em seu estilo a um só tempo leve e denso, o padre Gustavito, como era carinhosamente conhecido, nos fala de sua trajetória acadêmica e religiosa, de suas principais referências espirituais e intelectuais, relembra o percurso que o levou, junto com um grupo numeroso de religiosos e religiosas, à gestação da Teologia da Libertação, nos alerta para os imensos desafios colocados às novas gerações, sobretudo o crescimento da pobreza e da desigualdade social, mas também chama a atenção para a necessidade mais que premente das utopias e nos recorda a sempre olhar a partir da base.

Em acréscimo ao dossiê, esta edição presenteia os leitores três outros artigos com temas também relevantes. O primeiro deles, “Distância entre o planejamento de Salvador e a participação social efetiva”, de Fádía Rebouças, Cristina Maria Macêdo de Alencar e Neio Lúcio de Oliveira Campos, discute a ineficácia histórica e estratégica dos meios de participação disponibilizados pelos órgãos públicos de maneira geral e, em especial, pelos municípios. A consequência disso é o distanciamento dos moradores de periferia do planejamento e da gestão dos seus entornos socioespaciais. As(os) autoras(es) veem, dentre as razões para que isso ocorra, a apropriação estratégica – pelos órgãos públicos – da participação social enquanto discurso, fator que contribui para a perpetuação da injustiça social, manutenção do *status quo* no que se refere às ações de planejamento urbano e o favorecimento das elites dominantes, historicamente representadas pelo Estado. Concluem pela necessidade de um empoderamento dos sujeitos de periferia que configuram seus diversos lugares, tendo a espacialidade como caminho à efetivação da participação social.

Na sequência, “Cruzamentos entre desenvolvimento orientado para o transporte, Estatuto da Cidade e a lei de mobilidade: estudo de caso e proposta de intervenção para o entorno de duas estações de metrô de Salvador”, de Liniker de Jesus Barbosa e Juan Pedro Moreno Delgado, discute a abordagem de Desenvolvimento Orientado para o Transporte, conhecido pela sigla em inglês TOD. Esta abordagem procura organizar os componentes da relação transporte-uso do solo, visando que o desenvolvimento urbano ao redor de estações seja orientado pelo transporte público, combinando desenho urbano, uso do solo e densidade habitacional. Para os autores, a falta de aplicação do arcabouço legal existente

para as políticas urbanas e da mobilidade estimula a iniquidade nos padrões de mobilidade, no uso do espaço público e na apropriação do espaço urbano nos arredores das estações metroviárias da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Assim, apresentam uma proposta metodológica que visa integrar de forma efetiva a relação Transporte-Uso do Solo com eventuais Políticas de Mobilidade Urbana e Urbanísticas, baseadas nos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Por fim, encerrando a edição, “Os desafios da universalização do saneamento rural: análise à luz e do novo marco regulatório no Brasil”, de Alyne Gessick Pinheiro da Silva Lima, Jane Paulino Pereira e Daniel Salgado Pifano, aborda uma política pública fundamental para o acesso ao saneamento básico e a garantia da qualidade de vida. No Brasil, especialmente em áreas rurais e nas regiões periféricas, observa-se um cenário de desigualdade que resulta em condições precárias para a população, comprometendo seu bem-estar e saúde. Neste sentido, justificada pela necessidade da universalização dos serviços, foram realizadas alterações na Lei nº 11.445/2007, além da implementação da Lei nº 14.026/2020, conhecida como o novo marco do saneamento. Com base em análise bibliográfica e documental, identifica quais as principais implicações do novo marco e seus impactos na oferta do serviço de saneamento, particularmente no âmbito rural.

Essa legislação, apesar de não detalhar como se dará a atuação sanitária, abre a possibilidade de contratação de empresas privadas, situação que pode acarretar inúmeros prejuízos à zona rural, como a priorização de grandes centros urbanos, a implementação de tecnologia alternativas de baixa qualidade e a elevação de custos para uma população que vive em situação econômica precária. As(os) autoras(es) sugerem a criação de um programa e legislações específicas voltados ao atendimento das necessidades da população rural, além da destinação de recursos, capacitação a gestores e monitoria crítica das mudanças normativas.

Seguindo os ensinamentos de Gustavo Gutiérrez (dentre tantos, presença na base, atenção a realidade social e visão utópica), e apesar dos tempos sombrios, os *Cadernos do CEAS* mantêm a utopia e não perdem jamais a esperança de um novo tempo: “Virá!” (Um índio, 1976).

REFERÊNCIAS

CUNHA, Joaci; BRANDÃO, Ângela; VICENTE, Mariano (edit.). Dossiê Encruzilhadas da América Latina contemporânea. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador, v. 49 n. 262, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262>

CHAPÉU Panamá. Roosevelt Ribeiro de Carvalho e Marcelo Monteiro Santana. In: BaianaSystem, *Oxe Axe Exu*, Salvador, 2021.

CEAS. América Latina na encruzilhada (editorial). *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 146, p. 6, jul./ago. 1993.

BENZI, Daniele; PEREGALLI, Alessandro. Introdução ao Dossiê América Latina em seu labirinto: crise, restauração, resistência. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 250, p. 214, mai./ago. 2020.

SAN VICENTE. Fernando Brant e Milton Nascimento. In: Clube da Esquina, *Clube da Esquina*, Belo Horizonte, 1972.

SULAMERICANO. Russo Passapusso, Roberto Barreto, Seko Bass e Manu Chao. In: BaianaSystem, *O futuro não demora*, 2019.

AMÉRICA do Sul. Paulo Machado. In: Ney Matogrosso, *Água do Céu – Pássaro*, 1975.

SOY LOCO por ti, América. José Carlos Capinam e Gilberto Gil. In: Caetano Veloso, *Caetano Veloso*, 1968.

CANCIÓN por la unidad latino-americana. Pablo Milanés. In: Milton Nascimento, *Clube da Esquina 2*, 1978.

UM ÍNDIO. Caetano Veloso. In: Doces Bárbaros, *Doces Bárbaros*, 1976.

Dados de autoria

Iraneidson Santos Costa

Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor Associado IV do Departamento de História da UFBA e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA (PPGH/UFBA). E-mail: icosta@ufba.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9484-9424>.

Joaci de S. Cunha

Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2011), pós-doutor pelo Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador - UCSal (2020), onde desde 2022 é professor do quadro efetivo. É assessor do Centro de Estudos e Ação Social e atual coeditor científico da revista Cadernos do CEAS. E-mail: joacisc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3541-7044>.